

UMA CARTOGRAFIA DOS SABERES: PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM JUAZEIRO DO NORTE, REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI-CEARÁ

Regivania Rodrigues de Almeida¹

Marcelo Martins de Moura Fé²

Mônica Virna de Aguiar Pinheiro³

Resumo: As sucessivas migrações que chegaram a Juazeiro do Norte, entre os séculos XIX e XX, promoveram um intenso intercâmbio, tornando a cidade um grande mosaico de saberes e expressões, configurando um importante patrimônio cultural. Nesse contexto, o objetivo desse manuscrito é conhecer os agentes e os saberes produzidos em Juazeiro do Norte, e suas formas de organização, localizando espacialmente a produção dos bens culturais. O roteiro metodológico é de abordagem qualitativa, com embasamento teórico focado nos conceitos de cultura, patrimônio e desenvolvimento sustentável, constituindo-se de uma revisão de literatura, pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada dos dados, relacionando a cultura aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com os resultados, percebeu-se que ao espacializar os saberes produzidos em Juazeiro do Norte, é possível compreender a cidade como um corpo dinâmico e não homogêneo, onde o patrimônio cultural delineaia além dos aspectos identitários, sua própria geografia.

Palavras-chave: Cultura; Patrimônio Cultural; ODS; Desenvolvimento Regional Sustentável.

A CARTOGRAPH OF KNOWLEDGE: HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN *JUAZEIRO DO NORTE, CARIRI-CEARÁ* METROPOLITAN REGION

Abstract: The successive migrations that arrived in *Juazeiro do Norte*, between the 19th and 20th centuries, promoted an intense exchange, making the city a great mosaic of knowledge and expressions, forming an important cultural heritage. In this context, the objective of this manuscript is to understand the agents and knowledge produced in *Juazeiro do Norte*, and their forms of organization, spatially locating the production of cultural goods. The methodological guide has a qualitative approach, with a theoretical basis focused on the concepts of culture, heritage and sustainable

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA - RN). Email: regivaniadealmeida@gmail.com

² Professor do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA - RN). Email: marcelo.mourafe@urca.br

³ Professora de Geografia Secretária da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) e Doutora em Ciências Marinhas Tropicais pela Universidade Federal do Ceará (UFC) . Email: monica.pinheiro@prof.ce.gov.br

development, consisting of a literature review, documentary and field research, followed by an integrated data analysis, relating culture to the Objectives of Sustainable Development (SDG). With the results, it was realized that by spatializing the knowledge produced in Juazeiro do Norte, it is possible to understand the city as a dynamic and non-homogeneous body, where cultural heritage delineates, in addition to identity aspects, its own geography.

Palavras-chave: Culture; Cultural Heritage; ODS; Sustainable Regional Development.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre cultura e identidades passa a ocupar cada vez mais posições de destaque desde o final do século XX, assim como o debate em torno do desenvolvimento sustentável, provocando a colaboração entre as diversas áreas do conhecimento, para se pensar em condições ambientais e melhorias da qualidade de vida, no presente e no futuro, garantindo que as gerações vindouras possam satisfazer suas necessidades (BRUDTLAND, 1987).

O conceito de dimensão cultural do desenvolvimento foi formulado há quase 50 anos, durante a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África (Africult, UNESCO, 1975), salientando que “o desenvolvimento cultural não é somente um corretivo qualitativo do desenvolvimento, mas a verdadeira finalidade do progresso” (KOVÁCS, 2020, p. 21). Essa reflexão se originou na crítica ao conceito economicista do desenvolvimento, pós-década de 1960, onde percebeu-se que o modelo proposto não era sustentável em longo prazo, fazendo emergir novas concepções amparadas nas perspectivas do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável (BARROS, 2020; KOVÁCS, 2020).

A relação entre cultura e desenvolvimento sustentável protagoniza um amplo e antigo debate (MARTINELL, 2020; LUDERER, 2021), onde frequentemente não se alcança um desfecho satisfatório, mas do qual, “por seus antecedentes históricos, se pode apreciar a evolução nas discussões internacionais e nas adaptações nacionais” (MARTINELL, 2020, p. 09).

A partir de uma série de convenções realizadas na década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinou em setembro do ano 2000, a Declaração do Milênio, cujo foco destacou o desenvolvimento humano e a extrema pobreza. Fruto desse acordo internacional, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) se propunham a ser alcançados até 2015. Considerando os desafios não alcançados nos ODM, a Agenda 2030 tornou-se o novo contrato social que ampliou o antigo leque de ambições, propondo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, em busca de construir um mundo mais sustentável e resiliente, sem deixar ninguém para trás (JANNUZZI; CARLO, 2018; DUARTE-FEITOZA, 2020; MARTINELL *et al.*, 2020; LUDERER, 2021; BENEVIDES, 2021; GAMA, 2021).

Mesmo diante da falta de referências explícitas à cultura no texto da Agenda 2030 (BALTÀ; PASCUAL, 2020; MARAÑA; ROLDÁN, 2020; MARTINELL, 2020; GAMA, 2021), torna-se evidente que “para alcançar os ODS incluídos nesta agenda universal é essencial incorporar o amplo e diversificado escopo de cultura e humanidades” (MARTINELL *et al.*, 2020, p. 05), sendo necessário, sobretudo nos dias atuais, trazer essa discussão para o contexto dessa Agenda e dos ODS, que são

importantes referências para a comunidade internacional e todos os agentes culturais de diferentes áreas territoriais (MARTINELL, 2020).

Em suas diferentes configurações, o patrimônio é o húmus para o desenvolvimento local, que só acontece efetivamente com a devida e consciente participação da comunidade detentora desse patrimônio, que muito tem a contribuir para o desenvolvimento verdadeiramente sustentável (VARINE, 2012). Nesse sentido, é possível e necessário apreender a importância de relacionar o tema do patrimônio cultural e do desenvolvimento sustentável, considerando-os mecanismos essenciais para preservação e manutenção da memória e da qualidade de vida, respectivamente (BENATTI; SILVA, 2015).

Levas migratórias chegaram ao Juazeiro, provindas de várias regiões do Nordeste brasileiro, a partir do final do século XIX, motivadas pelos acontecimentos dos fatos extraordinários envolvendo o padre Cícero Romão Batista e a beata Maria de Araújo (1889). A partir de então, o lugar passou a vivenciar outro cotidiano, permeado por constantes trocas, criando uma grande diversidade de identidades culturais e memórias. Com isso, a cidade tornou-se um grande mosaico de saberes, fazeres e expressões culturais, formando ao longo das gerações, um importante patrimônio cultural (ARAÚJO, 2011; BARROS, 2014; CAVA, 2014; ALMEIDA *et al.*, 2021).

Considerando a aproximação articulada entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável (BENATTI; SILVA, 2015), propõe-se refletir sobre a importância do patrimônio cultural como contributo ao desenvolvimento regional sustentável. Diante disso, o objetivo desse trabalho é conhecer os agentes, os saberes produzidos e suas formas de organização, identificando através de mapeamento, a dimensão espacial do patrimônio cultural de Juazeiro do Norte, em busca de gerar reflexões para a valorização e (re)conhecimento desses bens culturais, conferindo aos agentes, sentimento de pertencimento e autoestima, potencializando o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

ROTEIRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O roteiro teórico metodológico para buscar esse objetivo foi de abordagem qualitativa, com embasamento teórico centrado nos conceitos de cultura, patrimônio e desenvolvimento sustentável, constituindo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada dos dados, relacionando a cultura aos ODS, contribuindo para refletir sobre a valorização do patrimônio cultural e fortalecendo a compreensão da cultura, como dimensão da sustentabilidade.

Nesse sentido, a cultura é o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Além das artes e das letras, engloba os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e os credos (UNESCO, 1982). Ademais, compreende-se o patrimônio como o conjunto de bens culturais, representativos da história e da cultura de uma sociedade, uma herança que se deseja comunicar ao futuro; e a cultura, como representação da produção de bens simbólicos em definição das identidades (SILVA, 2000; FARIAS, 2011; SANTANA; SIMÕES, 2015).

Em seu âmago, a ideia de desenvolvimento sustentável enuncia que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais (VEIGA, 2015). Por sua vez, o patrimônio, ao comunicar heranças e valores construídos no passado e no presente, se conecta diretamente ao futuro, assegurando às próximas gerações o direito de usufruir dos bens culturais (SILVA, 2000; CÂNDIDO, 2009).

Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos, relacionados e vigentes que tratam das temáticas referentes à cultura e ao patrimônio cultural, bem como informações e documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Consultou-se ainda, periódicos nas áreas de ciências ambientais, ciências sociais, história e áreas afins, por meio dos descritores presente no título e nas palavras-chave desse artigo, com delimitação temporal para os anos de 2000 a 2021, considerando as importantes contribuições a partir das mudanças ocorridas nos conceitos e temáticas abordadas. As buscas foram feitas nas plataformas Periódicos CAPES, Google Acadêmico, ShiELO, *Web of Science* e o *Research Gate*, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT), que também foi consultada. A busca foi realizada no período de outubro e novembro de 2022, utilizando os operadores “and” e “or”, a fim de considerar as temáticas abordadas de forma individual, bem como associadas.

Para obtenção e análise dos dados, foram selecionadas duas organizações associativas: Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte (Centro de Cultura Popular Mestre Noza) e a Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri (Lira Nordestina). A motivação dá-se em razão de compreender como os agentes culturais desenvolvem suas capacidades criativas, adquirem autonomia colaborativa e autoestima. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com o quadro diretor das duas associações, considerando que são os responsáveis pela organização administrativa, além da articulação direta com todos os agentes associados, instituições públicas e privadas, projetos etc.

O levantamento cartográfico utilizou bases disponíveis nos acervos de órgãos públicos, as quais foram trabalhadas em escala de detalhe (quando possível), visando espacializar os saberes produzidos e suas tipologias, contribuindo também, para a discussão e análises associadas. A espacialidade se configurou a partir dos endereços das associações e dados residenciais presentes nas fichas cadastrais das instituições e também de informações advindas das entrevistas semiestruturadas.

O estudo de campo foi realizado durante os meses de novembro e dezembro de 2022. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional do Cariri (URCA), cujo projeto (nº. 63193222.3.0000.5055) tramitou e foi aprovado durante o período de agosto a outubro de 2022.

ÁREA DE ESTUDO

Juazeiro do Norte (**Figura 1**) é um dos nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri), localizada na região do Cariri cearense, no sul do estado do Ceará. Atualmente, Juazeiro do Norte integra o Território Criativo Cariri, junto aos municípios de Crato e Barbalha, cujo objetivo é fortalecer as práticas artísticas e artesanais de entidades com larga escala de atuação em arte popular (GUELMAN *et al.*, 2017). Em relação aos demais municípios, Juazeiro se destaca, tendo na figura do padre Cícero, um grande incentivador da atividade artesanal (VALE; SILVA JÚNIOR, 2017).

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo



Elaboração: Marcelo Moura Fé (2021). Fonte: IBGE (2018); IPECE (2019).

O município possui uma área territorial de 258,5873 km², com população registrada no último censo em 2022, de 286.120 habitantes, sendo o município com maior densidade demográfica da RMCariiri e o terceiro do Ceará (IBGE, 2022).

As sucessivas migrações que chegavam ao Juazeiro, sobretudo em fins do século XIX e início do século XX, promoveram uma importante contribuição: uma multiplicidade de culturas, cujas práticas e trajetórias, agregavam a forma como esses grupos se relacionavam com a natureza e o sagrado (MELO, 2010). Nesse sentido, Juazeiro do Norte teve seu cotidiano modificado pelas relações estabelecidas entre os moradores e quem chegava para se fixar, forjando assim, uma diversidade cultural que foi se fortalecendo ao longo dos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

MODOS DE SABER-FAZER: UMA FÁBRICA DE VERSOS E UMA GALERIA-OFICINA

Considerando Furtado (1982), a dimensão cultural é parte fundamental do processo de desenvolvimento. As potencialidades dos atores sociais têm na criatividade um importante caminho, porque permitem que cultura e desenvolvimento se articulem sem reducionismos, criando um ambiente onde a indução e condução das mudanças são protagonizadas por estes mesmos agentes sociais, cuja fonte inspiradora são, indissociavelmente, as ideias e os valores que os motivam.

O relatório da Unesco intitulado “Nossa diversidade criadora” (1997) é um marco político e institucional na busca da superação de concepções que excluía

cultura e sua diversidade do debate sobre o desenvolvimento. Ora tomada como uma dimensão imaterial da existência humana, que não poderia ser reduzida a um componente do desenvolvimento econômico, ora considerada uma barreira ao próprio desenvolvimento, apenas no final do século passado é que se começou a entender e defender de fato, a cultura enquanto elemento importante e até mesmo condição e contexto ideal para o desenvolvimento humano sustentável (BARROS, 2020).

Afirmou-se, assim, a importância de considerar não apenas os critérios de produtividade e de necessidades básicas e materiais, mas também a identidade cultural em que se baseia a visão do ser humano que deve ser agente e objeto do desenvolvimento. Em relação a isso, o teórico brasileiro Celso Furtado enfatizou a pluralidade desse conceito, que para ser eficaz e compatível com o contexto local, deve ser endógeno (KOVÁCS, 2020). Ao tratar do patrimônio, Harrison (2015) ratifica que não se trata somente de um processo passivo e simples de preservar coisas do passado no presente, mas de um processo ativo que agrega objetos, lugares e práticas selecionadas como referências do presente, relacionadas a um conjunto de valores, com a intenção de fazer chegar ao futuro.

Nesse sentido, para abordar as instituições tratadas neste trabalho, torna-se necessário apresentar o contexto histórico em que foram constituídas, ratificando assim, a importância que elas exercem no contexto do patrimônio cultural da cidade de Juazeiro do Norte. Uma fábrica de versos e uma galeria-oficina que se constituíram ao longo do século XX, como importantes referenciais para a cultural local.

A Lira Nordestina, nome sugerido por Patativa do Assaré, adveio da Tipografia São Francisco, uma pequena fábrica de folhetos de cordel, fundada em Juazeiro do Norte na década de 1930. O proprietário, José Bernardo da Silva, era um poeta popular alagoano e chegou ao Juazeiro em 1926, para se fixar na cidade com a família. Em 1934, noticiou a morte do padre Cícero em verso no cordel “A pranteada morte do Padre Cícero Romão Batista pelo povo de Juazeiro”. Em 1936 comprou sua primeira máquina na cidade de Barbalha, marco inicial de seu trabalho editorial. Inicialmente imprimia seus próprios cordéis e de outros poetas da região (CARVALHO, 1987; MELO, 2010; GUELMAN *et al.*, 2017; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

A tipografia ganhou impulso em 1949, com a aquisição dos direitos autorais do acervo de João Martins de Athayde, entre o qual, estavam as obras de Leandro Gomes de Barros, dois importantes nomes no universo dos folhetos em nível nacional, gerando ao comércio um salto de qualidade e quantidade, dando ao cordel a dimensão de negócio (MELO, 2010; GUELMAN *et al.*, 2017; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

A associação sistemática da xilogravura ao folheto de cordel se deu por intermédio da Tipografia São Francisco, mesmo considerando o fato de que a xilogravura foi usada pela primeira vez junto a um cordel pelo poeta Francisco das Chagas Batista, na parte interna do folheto “A Vida de Antônio Silvino” (1907), pois a prática era ilustrar as capas com zincogravuras, os famosos “clichês”. A iniciativa de José Bernardo da Silva, encurtou o caminho com os intermediários e agilizou a confecção do material, em busca de reduzir os custos de produção, passou a encomendar aos artistas locais, popularizando dessa forma, o uso da gravura em madeira nas capas dos folhetos (RAMOS, 2005; FRANKLIN, 2007; MELO, 2010; PAIVA, 2021; PIZZIGNACCO, 2022). A **Figura 2** mostra alguns clichês e xilogravura, pertencentes ao acervo da Lira Nordestina.

Figura 2. Clichês e xilogravura



Fonte: Acervo da Lira Nordestina. Legenda: (a) e (b) Clichês utilizados nas capas de cordel na Tipografia São Francisco. (c) Xilogravura produzida para a capa do cordel “Romance do Pavão Misterioso”.

No final dos anos de 1940, a produção aumentou significativamente e a Tipografia São Francisco alcançou na década de 1950, a produção de cinquenta mil exemplares por semana, aproximadamente. Com a morte de José Bernardo em 1972, o negócio começou a declinar nos anos seguintes e em 1983, o acervo foi vendido ao Governo do Estado do Ceará, assumindo a nomenclatura de Lira Nordestina, estando nos dias atuais, sob a tutela da Universidade Regional do Cariri (MELO, 2010; JUAZEIRO DO NORTE, 2020; PIZZIGNACCO, 2022).

Os artistas, por sua vez, não foram incorporados pela instituição, o que os levou a iniciarem uma longa jornada na tentativa de continuidade do trabalho realizado até então, buscando organizarem-se de forma independente, o que veio a acontecer de forma legal no ano 2012, alimentando o propósito de serem incluídos no processo de construção de políticas públicas para a valorização e fomento dos patrimônios da cidade de Juazeiro do Norte, entre os quais, a Lira Nordestina tem uma incalculável contribuição.

O trabalho “Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel”, da professora e pesquisadora Rosilene Melo (2010), merece menção pelo detalhamento na trajetória da Tipografia São Francisco e sua abordagem sobre a edição de folhetos de cordel no Brasil, configurando-se como uma referência sobre cultura tradicional popular em âmbito nacional.

Em se tratando do Centro de Cultura Popular Mestre Noza, foi constituído a partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional do Folclore (INF), ligado à Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), que em 1983, promoveu um seminário no Rio de Janeiro, o “Encontro de Produção de Artesanato e Identidade Cultural”, mobilizando várias instituições de pesquisa e incentivo à produção artesanal. Entre as questões discutidas, destaca-se: a aquisição de matéria prima, cuja dificuldade asfixiava o processo de produção; a manutenção da identidade cultural dos valores dos indivíduos e grupos, fundamental para a produção artesanal; e a valorização do trabalho cultural do artesão a partir da elevação dos preços dos produtos, sem prescindir de aumentar superficialmente a produção, diante da aceleração do ritmo de trabalho (HEYE; SOUZA, 1987).

Do seminário veio a recomendação para que o INF/Funarte realizasse o Projeto-Piloto de Apoio ao Artesão, cuja intenção era catalogar informações e dados a respeito do artesanato tradicional e seus produtores, de diferentes regiões

brasileiras, em localidades, cujas atividades estavam diretamente ligadas ao aumento do turismo, o incremento do consumo típico e a solidificação de trabalhos independentes. O projeto pretendia intervir na realidade, amparado em dados de pesquisa, propondo soluções aos problemas identificados, mobilizando recursos nos municípios envolvidos e articular a participação de instituições locais (HEYE; SOUZA, 1987; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

O projeto se iniciou de forma experimental em dois municípios: Juazeiro do Norte/CE e Paraty/RJ, com a escolha balizada pelas particularidades da atividade artesanal, enquanto se apresentavam completamente distintas nas duas localidades. Ao tempo em que Juazeiro apresentava dificuldades, no que se refere aos recursos para obtenção de matéria prima e a falta de gestão para comercializar os produtos, Paraty mantinha uma baixa procura, minguando a comercialização dos produtos artesanais. A ideia era usar os resultados positivos dessa experiência como referência em outras regiões do Brasil com forte tradição artesanal (MELO, 2010).

Em 1984 iniciou-se a pesquisa com levantamento documental acerca da atividade artesanal, feito pela equipe de pesquisadores da Funarte, realizando entrevistas e registros fotográficos na cidade de Juazeiro do Norte. Os resultados expuseram um total de 180 pessoas, aproximadamente, atuando em ofícios de forma diária e regular, na cidade. A análise das informações foi feita pelo INF/Funarte e a Secretaria de Cultura e Turismo de Juazeiro do Norte, que na época era representada pelo poeta e xilógrafo, Abraão Batista. A partir das discussões implementadas, as instituições propuseram criar uma organização que representasse os interesses dos artesãos, atuando diretamente nas problemáticas identificadas. Considerando inclusive, a ação articulada de pessoas e instituições, esse foi o terreno em que se edificou em 1985, a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte (HEYE; SOUZA, 1987; MELO, 2010).

Majoritariamente, os artesãos trabalhavam em suas residências e comercializavam suas produções na feira livre e no mercado local. Diante da necessidade de agrupar essa produção artesanal, com fins de valorização e divulgação, a Prefeitura Municipal cedeu o antigo prédio onde funcionou a cadeia pública, localizado bem no centro comercial da cidade, o que traria visibilidade à produção artesanal, dado o fluxo intenso de romeiros e turistas. Reformado, o antigo prédio ganhou uma nova configuração: tornou-se o Centro de Cultura Popular Mestre Noza, em homenagem a Inocêncio Medeiros da Costa, pernambucano de Taquaritinga do Norte, que chegou a pé em Juazeiro como romeiro, em 1912. Foi funileiro e santeiro e na década de 1940, iniciou os trabalhos como xilógrafo, ilustrando capas de cordéis, eternizando seu nome como Mestre Noza, alcançando notoriedade nacional e internacional. O espaço passou a funcionar como local de produção e exposição das peças organizadas em salas a partir das tipologias, agregando também a sede da associação (HEYE; SOUZA, 1987; MELO, 2010; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

No decorrer do tempo, as instituições apresentadas contaram com diferentes gerações de artistas, que na vivência dos seus saberes, imprimiram particularidades e mudanças em aspectos tipológicos e estéticos, mantendo sempre um forte componente identitário relacionado à cultura local, contribuindo para a continuidade desses saberes e fazeres como patrimônio cultural local.

As memórias e as referências do passado abrem caminho para o reconhecimento das diferenças, criando interlocuções entre as complexidades de identidades pessoais e culturais, levando a crer que os grupos sociais carecem dessas referências do passado para sustentar suas identidades e nutrir as perspectivas de

futuro, concebendo o patrimônio como lugar para exercício das capacidades (HUYSSSEN, 2014; REVERT, 2019).

A cultura como transmissora de valores e os ODS como provisosores de um sistema de valores universal, podem operar articulados e conjuntamente, para a necessária transformação social na trilha para o desenvolvimento sustentável. No entanto, para a implementação real dos ODS, é necessário que haja apropriação e envolvimento comprometido de um grande número de atores dos diferentes níveis de governo, universidades, empresas, sociedade civil, terceiro setor e, sobretudo, agentes culturais (HARO; VASQUEZ, 2020; MARTINELL *et al.*, 2020).

Com isso, faz-se importante conhecer os agentes e os saberes produzidos, assim como a forma sob a qual se constituem espacialmente no território, partilhando um conjunto de elementos simbólicos que são expressões e referências da cultura local.

AS CAPACIDADES CRIATIVAS: OS AGENTES, SEUS SABERES E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal para a política de patrimônio cultural imaterial, que veio a ampliar o conceito de patrimônio, ao abordar os bens culturais de natureza material e imaterial (FONSECA, 2003; VIANNA, 2016; IPHAN, 2021).

No que se refere à mudança da noção de patrimônio, é importante considerar dois marcos temporais, constituídos no contexto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN⁴), órgão federal criado na década de 1930. A gestão de Rodrigo Melo Franco se voltou para o chamado patrimônio de pedra e cal, fazendo perceber que na primeira fase de trabalho do SPHAN, houve uma maior valorização da memória de um grupo dito civilizado, em detrimento de outros, à margem do processo, enquanto Aloísio Magalhães expandia essa noção, englobando também os saberes populares e o patrimônio imaterial, que teve na Convenção da Unesco de 1972, um marco temporal na discussão em âmbito internacional sobre o patrimônio cultural, que passou a amparar também a dimensão imaterial (NEVES, 2017).

Na década de 1970, o Iphan iniciou um processo de reavaliação dos critérios adotados para a proteção dos bens, que seguia alinhado com as mudanças nos campos da história e da antropologia, contando ainda, com significativa contribuição de profissionais ligados a outras áreas como *design*, indústria e informática, resultando em uma nova abordagem para a preservação de bens culturais. Entre outras mudanças, a noção de referência cultural passou a integrar o campo das políticas culturais, suscitando questionamentos até então ausentes no ambiente das políticas de patrimônio (FONSECA, 2003).

De natureza material e imaterial, os bens se configuram a partir das referências culturais dos diferentes grupos sociais (IPHAN, 2007), e tratar dessas referências, pressupõe pensar os sujeitos: referências para quem? Nesse sentido, o foco deslocou-se do bem e abriu espaço para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores, pensando além da materialidade, despossuída de valor intrínseco, para o valor atribuído pelos sujeitos, pautados por critérios e interesses historicamente condicionados (FONSECA, 2003). Nesse sentido, abordamos patrimônio como tudo

⁴ O SPHAN foi criado pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, como o órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (IPHAN, 2021).

que se cria e se produz com as mãos, as ideias e as fantasias e que se tem intenção de valorizar e preservar, como os monumentos e as obras de arte, as comidas, saberes e fazeres, de forma a representar a diversidade da existência humana (FONSECA, 2005; SANTANA; SIMÕES, 2015).

Em Juazeiro do Norte, a multiplicidade de cotidianos forjou ao longo do século XX, uma grande diversidade cultural que possibilitou o desenvolvimento de ofícios, saberes, fazeres e práticas, constituindo importantes referenciais para a cultura local. Nesse contexto, se inserem os agentes que atualmente exercem alguns desses ofícios na cidade de Juazeiro do Norte, bem como, seus saberes, tipologias e formas de organização. Estabelecidos num contexto social, esses agentes se constituem a partir de relações e dimensões bastante complexas, o que desse modo, os pensamentos de Malinowski (1975); Geertz (1989); Bourdieu (2007) e Certeau (2013), muito contribuíram para a compreensão e análise acerca das relações que abrangem os processos de criação, hábitos e valores, expressos em formas simbólicas, por meio das quais os grupos sociais se comunicam, perpetuam os conhecimentos e as atitudes acerca da vida, cotidianamente.

Foi pelas habilidosas mãos dos artesãos locais que a imagem do padre Cícero ganhou representatividade gráfica e estética, à medida que após a morte, sua memória precisava ser reforçada. O mestre Noza foi um dos primeiros a produzir imagens do religioso ainda em vida, contando ainda com sua avaliação sobre a escultura, e desde então, não parou mais de produzir (CARVALHO, 1998). A trajetória do mestre Noza ofertou uma grande contribuição para a história da xilogravura em Juazeiro do Norte, alcançando visibilidade também como imaginário⁵, sobretudo na produção de imagens sacras, com destaque para esculturas do padre Cícero, que segundo ele mesmo, perdera a conta de quantas fizera. Na década de 1960, teve o álbum de xilogravuras “Via Sacra” editado em Paris, adquirindo dimensão internacional, passando a transitar também, por galerias e museus (CARVALHO, 1998; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

É no Centro de Cultura Popular Mestre Noza (CCPMN) que a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte (AAJN) tem sua sede. A antiga edificação onde funcionou a cadeia pública, serve nos dias atuais, para a liberdade de imaginação e criatividade. De natureza jurídica associativa e sem fins lucrativos, a entidade confere aos seus associados direitos e obrigações, como estar presente nas assembleias deliberativas, estabelecendo ainda, a condição de participar da diretoria, bem como escolher através do voto secreto, o grupo que irá compô-la de forma eletiva, pelo exercício de dois anos.

Cabe à Associação a compra da matéria-prima para a produção e a divulgação dos artistas e seus respectivos trabalhos. Também adquire obras de seus associados através de compra, atuando na venda direta para galerias, colecionadores e demais interessados que frequentam ou contactam o CCPMN, assumindo papel de mediação entre comprador e produtor. Por outra via, é possível também negociar e adquirir qualquer obra diretamente do artista. Um pouco mais de uma dezena, entre os 95 associados atualmente, trabalham cotidianamente na sede da Associação, que funciona também como oficina e espaço de comercialização, com milhares de obras ocupando o ambiente, conforme a **Figura 3**, onde a capacidade imaginativa concede forma às esculturas, que vão desde seres inanimados à figuras da tradição popular.

A grande maioria dos associados exercem seus ofícios em sua própria residência, utilizando o espaço do CCPMN para divulgação e comercialização de seus

⁵ Escultor de imagens.

trabalhos, o que não impede, que os interessados em ter acesso ao local de produção de qualquer artista, possa assim fazê-lo, seja por intermédio da associação ou contato direto com o artista. Entre as várias salas de exposição do CCPMN, uma em especial merece destaque, pela representação e sentido que possui. É a sala de acervos, onde estão expostas obras e fotografias de artistas que integraram a associação e já são falecidos: Manoel Graciano, Dona Ciça do Barro Cru, Celestino, Nino, Diomar das Véias, Maria Cândido, mestre Maurício, entre muitos outros. Para os agentes, esses artistas e suas obras se constituem como referências históricas e estéticas representativas da coletividade, caracterizando um importante legado, cuja preservação não permite cair no esquecimento. “Esses primeiros que aqui tiveram representam muito pra nós. Foi com o ensinamento deles que muitos dos que estão aqui, começaram a trabalhar e desenvolver suas artes”, ressalta um dos agentes.

Figura 3. Centro de Cultura Popular Mestre Noza



Fotos: Regivania Almeida (nov./2022). Legenda: (a) Espaço do CCPMN e sede da AAJN. (b) Processo de produção no CCPMN.

Observa-se que os artistas reconhecem os pares que os antecederam, como referências de sua cultura e de sua história, que se cria e recria no presente, compondo a memória do lugar e do grupo social através do cotidiano, que para Certeau (2013), é aquilo que nos cabe em partilha, uma história a meio caminho de nós mesmos. Dos materiais utilizados, a madeira ganha destaque quantitativo entre os demais, assim como a arte sacra se sobressai entre as esculturas, onde mesmo com a reprodução sistemática, nenhuma obra se replica por completo, em corte e forma.

A associação também representa as mulheres da palha, grupo formado eminentemente por mulheres residentes no bairro do Horto, localidade distante do CCPMN, cerca de 9 km. Ao exercerem dupla jornada, como artesãs e mães, em sua maioria, as mulheres apresentavam a necessidade de deslocamento como uma dificuldade diária no exercício do seu ofício. Como solução, a associação adquiriu um imóvel na rua do Horto, a fim de atender às necessidades do grupo e potencializar a produção a partir das demandas sinalizadas. O grupo produz de forma coletiva e padronizada, utilizando a palha de carnaúba como matéria-prima. Inicialmente, a produção se destinava a chapéus, abanos, bolsas e revestimento para garrafas, mas atualmente, dispõem de uma grande variedade como: porta-moedas, bolsas para laptop, tapetes, capas para celular etc.

A criatividade, o conhecimento e a diversidade são bases imprescindíveis para atingir o diálogo, a paz e o progresso, já que estes valores estão intrinsecamente relacionados com o desenvolvimento humano e as liberdades (PASCUAL, 2012). Dito isso, a narrativa de uma das artesãs da palha corrobora a ideia: “o meu trabalho me trouxe a liberdade de tá em meu lugar e produzir o meu sustento e isso é valioso. Você vê essas mulheres (oito, na ocasião), mas junto de cada uma que se vê, tem uma família inteira que acredita e incentiva esse trabalho”. A relação entre cultura e desenvolvimento sustentável se dá a partir de uma dupla aproximação: desenvolver uma política cultural sólida e promover uma dimensão cultural em todas as políticas públicas, onde as cidades, nações e organismos internacionais integrem explicitamente esta visão aos seus programas locais, nacionais e internacionais sobre desenvolvimento sustentável (PASCUAL, 2012).

A Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri foi criada em 2012 e tem lugar nas proximidades do marco zero da cidade, com sede na Lira Nordestina, que fica no Centro Multifuncional, no centro da cidade. Na esfera legal é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é apoiar as iniciativas dos artesãos em âmbito social e para a geração de renda. O Estatuto prevê a importância de integrar esforços e ações dos artistas em benefício da melhoria do processo produtivo e comercial dos associados e da comunidade a qual pertencem. A diretoria é composta através de votação, podendo qualquer associado submeter-se ao processo eletivo, assim como também lhe é garantido o direito de escolha através do voto.

O material é adquirido de forma individual e também, através de organização coletiva com rateio dos custos. Entre os doze associados, somente dois trabalham cotidianamente na Lira Nordestina. Em via de regra, os demais produzem as gravuras em espaço doméstico, fazendo a finalização e impressão na sede da associação. Essa dinâmica não é enrijecida, os artistas possuem a liberdade de vivenciar o processo de criação e produção, considerando as necessidades individuais e coletivas, e as condições que possam melhor qualificar o resultado do seu trabalho.

As instalações dispõem de um pequeno espaço para divulgação e comercialização dos trabalhos dos artistas, além de todo o antigo maquinário, mobiliário, tipos gráficos e coleção de clichês, xilogravuras e cordéis que compõem o acervo da instituição, sem possuir, por sua vez, uma organização expográfica que comunique a dimensão do valor simbólico que esses bens culturais são portadores. Semanalmente, os artistas dividem espaço e experiência com os estudantes do curso de licenciatura em Artes Visuais da URCA, tendo a gravura como ponto de conexão para estudos e intercâmbios. Conforme Filho e Nunes (2021), valorizar os elementos que constituem o local de origem, coopera para a construção de significados e principalmente no processo de pertencimento e vinculação.

Importante colocar que desde a compra efetivada pelo Governo do Estado do Ceará, os antigos funcionários da tipografia vinculados à Lira Nordestina, passaram a vivenciar uma situação indeterminada acerca de uma gestão interna e um modelo de organização que agregasse os saberes desses artistas, na articulação de seu legado histórico e identitário. Como forma de adaptação à nova configuração, os antigos funcionários da tipografia, xilógrafos e cordelistas, passaram a buscar outras possibilidades que garantissem o sustento, sem romper com o contexto cultural em que se constituíram. Nesse sentido, a xilogravura superou a produção de cordel e ressignificou as formas estéticas contemplando, além do convencional preto e branco, outras nuances da paleta de cores. Outros materiais além do papel, passaram a servir

de suportes para impressão, introduzindo azulejos e sandálias de borrachas, em busca de diversificar a produção e ampliar a comercialização.

Para Bourdieu (2002), as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos em suas tomadas de decisões nas variadas esferas sociais, devem ser observadas tanto quanto a subjetividade dos agentes sociais e a objetividade da sociedade, pois são o resultado da ação do *habitus* adquirido pelos indivíduos ao longo da vida e das posições que ocupam na composição do espaço social. Além disso, temáticas contemporâneas foram incorporadas ao universo das gravuras em madeira, como questões de gênero e espiritualidade, produzindo impressões em tamanhos reduzidos do convencional e em formato de carimbo, a serem comercializados de forma individual ou organizados em álbuns – **Figura 4**.

A organização e o funcionamento dessas instituições representam marcos para a valorização da cultura e da história local. Nesse contexto, os saberes e ofícios traduzem a força de mulheres e homens e suas leituras de mundo, que cotidianamente produzem histórias e memórias, configurando diversas identidades, forjando patrimônios que criam vínculos de continuidade e fortalecem o sentido de pertencimento a um grupo social e a um lugar, adquirindo autoestima. Os agentes e seus saberes, por sua vez, são importantes referências para a cultura local e, mesmo diante disso, muitos ainda sobrevivem em condições mínimas. Essa situação, conforme Barros e Kauark (2011) é resultado da ausência de políticas públicas para a cultura, que mesmo com toda a representação simbólica e dando provas de sobreviver em contextos socialmente desfavorecidos, ainda lida com o campo das desigualdades, esfera que não deve ser naturalizada, tornando estéril a discussão no campo das diversidades.

Figura 4. Obras produzidas na Lira Nordestina



Fotos: Regivania Almeida (nov./2022). Legenda: (a) Álbum de mini xilografuras. (b) Xilografia impressa em azulejo.

Percebe-se que no exercício de seus ofícios, os agentes buscam estratégias de convivência e representatividade, atuando do local ao global, animando suas capacidades criativas. Nesse contexto, a defesa da diversidade cultural deve estar ancorada na implementação de políticas públicas, elaboradas de forma articulada pelo poder público e sociedade civil, com vistas a valorizar o patrimônio cultural e combater as desigualdades.

Importante encarar as representações patrimoniais a partir de sua construção social, como portadores de significados, devendo inspirar reflexão mais do que admiração (FUNARI; CARVALHO, 2011). É necessário criar possibilidades de acesso

e interação da comunidade com estas instituições para que haja (re)conhecimento e apropriação por parte da sociedade, com o fim de promover o usufruto desses bens culturais. É preciso também criar conexões e diálogos entre esses saberes e a produção contemporânea, para que haja ressignificação e continuidade das práticas, dos saberes e dos fazeres.

Boa parte das chamadas tecnologias limpas surgem do conhecimento ancestral das comunidades, o que implica pensar que muitas perspectivas de futuro dependem dos saberes e práticas do passado, tornando a cultura um veículo de transmissão de valores, com toda a potência para canalizar a mensagem da sustentabilidade (MORIN, 2013; HARO; VASQUEZ, 2020).

POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CARTOGRAFIA DOS SABERES

Desenvolvimento é um processo de mudança social que só se apreende integralmente quando relacionado à ideia de criatividade (FURTADO, 2012). A Agenda 2030 e sua proposta para a transformação do planeta com a implementação dos dezessete ODS, desafia as comunidades humanas a refletirem sobre a contribuição do que conhecemos como patrimônio ao desenvolvimento e aos direitos alcançados (REVERT, 2019). Não se pode fundar a sustentabilidade como uma ação pontual ou uma finalidade a ser alcançada, de outro modo, configura-se muito mais em um processo contínuo, que requer engajamento progressivo e esforço coletivo dos grupos sociais (MATOS, 2014), que no contexto do desenvolvimento local, deve considerar as memórias e os modos de vida dos indivíduos, que são importantes componentes do patrimônio cultural (VARINE, 2012).

Diante disso, Revert (2019) aponta para a necessidade de aprender a reconhecer o passado e os discursos a ele atribuídos, inserindo-o no âmbito das dignidades, a fim de localizá-lo na configuração das identidades e ao fazer uso individual e coletivo, apropriá-lo em sua dimensão transcendente, seu valor simbólico e versatilidade em benefício do que queremos ser e fazer na vida.

A herança deve ser compreendida para além de um lugar de memória, sendo concebida no âmbito, a partir do qual, exercitamos nossas capacidades (REVERT, 2019). Nesse sentido, consideramos conhecer as tipologias e a espacialidade dos agentes que desenvolvem seus saberes e ofícios na cidade de Juazeiro do Norte, refletindo sobre a relação do patrimônio cultural com o desenvolvimento sustentável e suas contribuições para a implementação dos ODS.

Considerando as duas associações, os dados de tipologias e espacialidade foram agregados, de forma a possibilitar um panorama integrado e mais amplo sobre a configuração espacial desses agentes e seus saberes. Foram classificadas 11 (onze) tipologias: madeira, palha, argila, flandre, tecido, couro, corda, cabaça, azulejo, material reciclável e papel, utilizadas pelos artistas na composição das obras. A produção das peças, termo utilizado pelos agentes, acontece sob a dinâmica individual de cada artista, que definem o tempo dedicado ao trabalho e a quantidade de obras a produzir.

Dos 34 (trinta e quatro) bairros existentes na cidade de Juazeiro do Norte, os agentes estão presentes em 20 (vinte), o que faz perceber uma espacialidade descentralizada, ocupando quase em sua totalidade, áreas periféricas. O maior número de agentes por área, está concentrado no bairro do Horto, evidenciando um grupo com características bem particulares, composto eminentemente por mulheres, que se classifica pelo uso da palha para a criação dos seus produtos, conforme o

Quadro 1. A segunda maior área de concentração é o bairro Frei Damião, agrupando 13 agentes, cujas tipologias se apresentam mais diversificadas.

Quadro 1. Distribuição dos agentes por bairro, gênero e tipologia em Juazeiro do Norte

Nº	Bairro	Nº de artistas	Gênero	Tipologia
01	Centro	04	F (03) M (01)	Argila
02	Juvêncio Santana	01	F (01)	
03	São Miguel	02	F (01) M (01)	
04	Campo Alegre	05	F (02) M (03)	Argila e madeira
05	Pirajá	02	F (01) M (01)	
06	Tiradentes	05	F (01) M (04)	Argila, madeira, material reciclável, tecido, corda, cabaça e papel
07	Franciscanos	03	F (01) M (02)	Madeira
08	Lagoa Seca	01	M (01)	
09	Limoeiro	06	F (03) M (03)	
10	Parque São Geraldo	01	M (01)	
11	Romeirão	02	M (02)	
12	Triângulo	02	F (01) M (01)	
13	Vila Três Marias	02	M (02)	
14	Vila Fátima	02	M (02)	
15	Pio XII	02	F (02)	Madeira, corda e cabaça
16	Santa Tereza	02	F (01) M (01)	Madeira e couro
17	Frei Damião	13	F (05) M (08)	Madeira, flandre e tecido
18	Salesianos	02	F (01) M (01)	Madeira e material reciclável
19	João Cabral	04	F (01) M (03)	Madeira e palha
20	Horto	36	F (36)	Palha
Total	-	97	F (58) M (39)	11 (onze)

Elaboração: Autores (2022). Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com base nos dados levantados, percebeu-se que 59,7% dos agentes mapeados na cidade de Juazeiro do Norte, são mulheres, e o Tiradentes apresenta a maior diversidade de tipologias entre os bairros. As duas associações agrupam um total de 107 artistas residentes na cidade de Juazeiro do Norte e outros 10 distribuídos entre 05 municípios da RMCariri e 01 da macrorregião do Cariri cearense, concentrando artistas que desenvolvem seus trabalhos a partir da tipologia da madeira, conforme o **Quadro 2**, que mostra a espacialidade dos agentes na RMCariri e na macrorregião do Cariri cearense, representada pelo município de Aurora.

Quadro 2. Distribuição dos Agentes na RMCariri

Nº	Município	Nº de artistas	Gênero	Tipologia
01	Aurora	02	M (02)	Madeira
02	Barbalha	03	F (01) M (02)	
03	Caririaçu	01	M (01)	
04	Crato	01	M (01)	
05	Missão Velha	02	M (02)	
06	Farias Brito	01	M (01)	
Total	06	10	F (01) M (09)	01

Elaboração: Autores (2022). Fonte: Dados da pesquisa (2022).

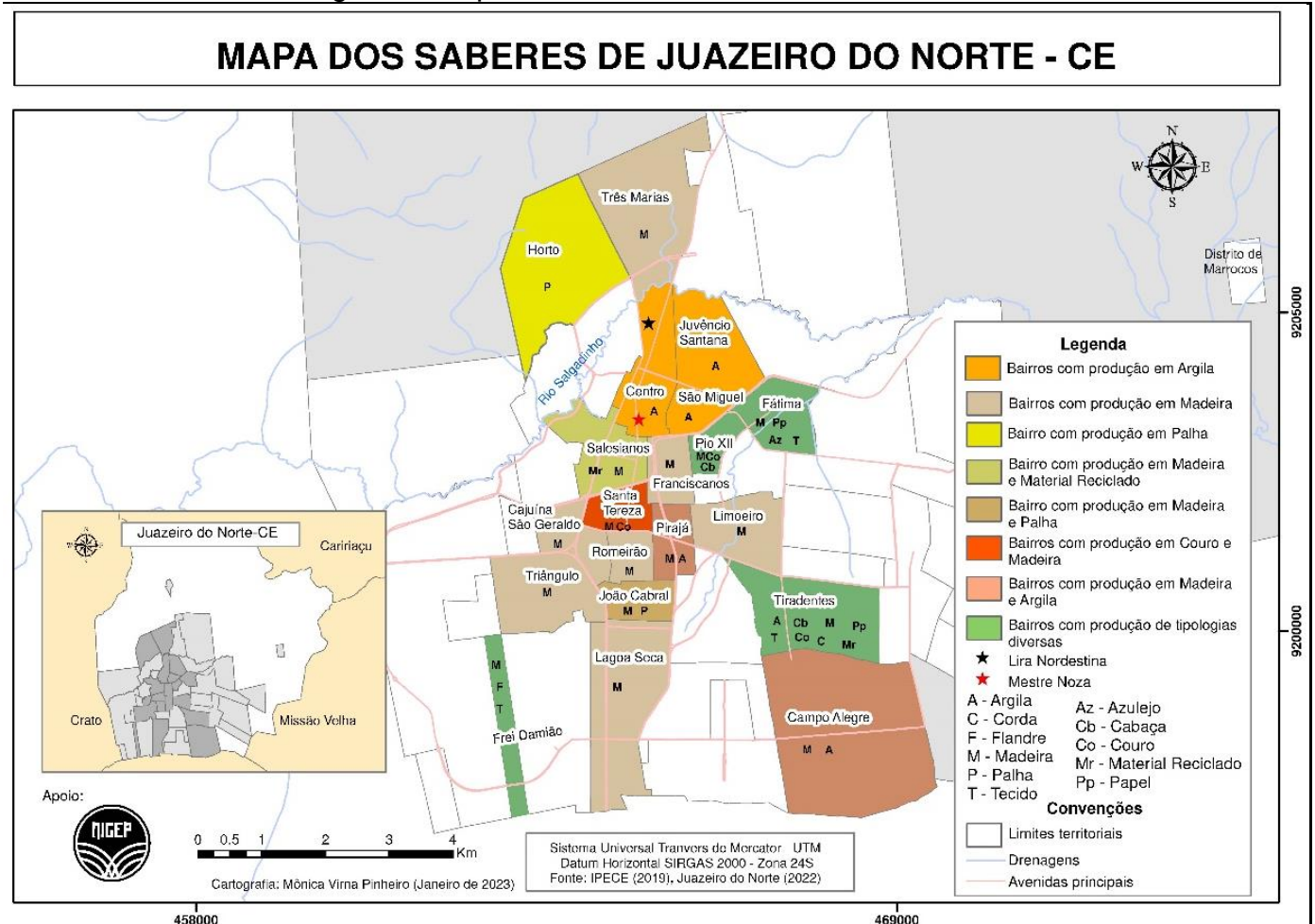
Comunidade é a dimensão social de um grupo que partilha um território e um conjunto de elementos simbólicos, conscientes das semelhanças e diferenças que os representam. Nesse sentido, a busca por um desenvolvimento sustentável, deve considerar a dimensão cultural do ser humano e de suas comunidades (VARINE, 2012; MARAÑA; ROLDÁN, 2020).

O significado profundo do desenvolvimento só pode ser compreendido em um nível local e para que esse desenvolvimento seja sustentável, os aspectos culturais não poderão ser desconsiderados (SACHS, 2002; CHACON, 2007; VARINE, 2012, REVERT, 2019, BALTÀ; PASCUAL, 2020), pois abordam a forma como as pessoas compreendem a si e ao seu lugar de pertencimento, caracterizando um desenvolvimento que considere a diversidade cultural como recurso de utilidade para todos os povos.

Ao longo do século XX e início do século XXI, a cidade de Juazeiro do Norte sofreu mudanças em seu espaço urbano e dinâmicas socioeconômicas, criando uma realidade cada vez mais acentuada pelas diferenças socioculturais e de acessos (bens, serviços, saúde, lazer, cultura etc.). Nesse sentido, o Mapa dos Saberes (**Figura 5**) evidencia, sob o recorte específico a que se detém, questões relativas à dimensão espacial do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte.

Ao espacializar os saberes produzidos em Juazeiro do Norte, considerando o mapa, é possível perceber a cidade como um corpo dinâmico e não homogêneo, onde o patrimônio cultural delinea além dos aspectos identitários, sua própria geografia. Conforme Zanirato e Ribeiro (2006), as mudanças no entendimento de cultura e história reverberaram no entendimento dos bens considerados patrimônios, e o intenso crescimento urbano, observado nas últimas décadas, promoveram uma compreensão da cidade como um tecido vivo, mesclado por edificações e pessoas, que agregam referências do passado à dinâmica urbana. Nesse sentido, a cidade se torna uma estrutura heterogênea de práticas culturais, lugares, paisagens e sociabilidades, que convergem para a criação e (re)criação de sentidos e significados que permeiam suas identidades culturais.

Figura 5. Mapa dos Saberes em Juazeiro do Norte



Elaboração: Autores (2023). Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme é possível perceber na figura 5, ao ocuparem as áreas periféricas e também o centro da cidade, os agentes e seus saberes constituem o que Bourdieu (2002) nomeou de espaço social, que caracteriza-se como o espaço das diferenças, onde as classes e grupos sociais se apresentam não como elemento entregue, mas como decorrência de relações de diferenciação e de disposição das propriedades que operam no sistema social considerado.

No sentido antropológico, a identidade está diretamente relacionada com a ideia de representação, sendo, portanto, um complexo sistema de representações com capacidade de afirmação das singularidades individuais ou de um grupo (ISAIA, 2017). Ao ocuparem áreas diversificadas, esses agentes espacializam os saberes de forma descentralizada na cidade de Juazeiro do Norte, alcançando ainda outras cidades da RMCariiri e macrorregião do Cariri cearense.

Um real processo de desenvolvimento só poderá ser alcançado a partir da compreensão das especificidades econômicas, ambientais, sociais e culturais, em observância às características relevantes do espaço, que se configuram a partir dos aspectos organizacionais, históricos e sociais de um lugar (SACHS, 2002). Os ODS ofertam uma perspectiva conceitual de desenvolvimento para além do crescimento econômico, almejando um futuro que contemple equidade, inclusão, paz e sustentabilidade, pautando uma visão audaciosa que pressupõe abordagens criativas, que possam romper com as atuações lineares utilizadas nas últimas décadas e que

considere as potencialidades discursivas que a cultura apresenta frente aos ODS (HOSAGRAHAR, 2017; LUDERER, 2021).

As discussões que consideram as contribuições da cultura no contexto do desenvolvimento sustentável acontecem há décadas (NEIRA, 2018; REVERT, 2019, MARTINELL, 2017, LUDERER, 2021). O documento sobre os Indicadores para a Cultura produzido pela Unesco em 2019 recupera num pequeno histórico, os esforços da Agência desde a década de 1950, em relacionar a cultura aos temas que hoje são abordados pelos 17 ODS da Agenda 2030, e confere ainda, um melhor entendimento relativo a potencial transversalidade que a cultura apresenta em relação aos ODS (LUDERER, 2021).

A Agenda 2030 preconiza em vários objetivos a relevância do desenvolvimento local como um benefício vinculado à sustentabilidade. Nesse contexto, a promoção desse desenvolvimento deve considerar os saberes locais (SACHS, 2002; LUDERER, 2021).

Além do que é declaradamente abordado na meta 4 do ODS 11, a Agenda 2030 possui outros ecos discursivos referentes à cultura, que deve ser a catalisadora da mudança para alcançar os ODS. Mesmo não evidenciada diretamente, está pautada de forma transversal nos ODS, que se relacionam às cidades sustentáveis, educação de qualidade, segurança alimentar, proteção do meio ambiente, crescimento econômico, padrões de consumo e promoção de sociedades inclusivas e pacíficas (MARTINELL *et al.*, 2020; LUDERER, 2021).

A carta dos Indicadores Culturais é uma importante referência nesse contexto, por evidenciar os ODS que a cultura atravessa, fortalecendo sua visibilidade diante dos objetivos, ao elaborar argumentos para ampliar ações direcionadas para as políticas públicas que se relacionam com esses objetivos (LUDERER, 2021). A ausência da cultura nas políticas de desenvolvimento e nos documentos norteadores é resultado do que indica Martinell *et al.* (2020), a dificuldade que certos círculos têm de compreender a cultura no mundo contemporâneo.

Por configurar-se em diferentes contextos espaciais e sociais, os saberes expressam a diversidade presente no tecido urbano de Juazeiro do Norte, podendo através de políticas e ações integradas e interdisciplinares, cooperarem para a criação de redes de comunicação e colaboração, para discutir e planejar o alcance dos ODS, que conforme aponta a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001), considere a cultura no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber.

CONCLUSÕES

A dimensão cultural promove o desenvolvimento local, considerando os saberes e preservando as tradições, uma vez que está vinculada às relações entre os seres em sociedade, sendo mais perceptível localmente (SACHS, 2002; CHACON, 2007). Nesse contexto, Sen (2000) afirma que as tradições perdidas podem fazer muita falta, onde a extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo senso de perda.

Considerando os resultados, percebeu-se que os agentes possuem autoestima e acreditam no próprio trabalho como referência cultural de um grupo social, que produz saberes e costumes comuns, compartilhados coletivamente, agindo em defesa de suas capacidades criativas e das identidades que são portadores, que nesse sentido, configuram-se como patrimônios culturais. Conforme Paz (2017), o conceito de patrimônio é plural e possui significados simbólicos que cooperam para promover

o fortalecimento da cidadania por meio da identificação social. Nesse sentido, o patrimônio cultural exerce um papel fundamental no (re)conhecimento da comunidade local como produtora de saberes e fazeres tradicionais e na valorização das práticas identitárias.

Toda a vitalidade e capacidade criadora que os agentes possuem a partir de seus saberes e expressões culturais, não isenta a urgente necessidade de criação e articulação de redes colaborativas e políticas públicas de cultura, que possam fortalecer as identidades e as práticas, com ações de valorização, preservação, fomento e promoção do patrimônio cultural.

Percebe-se que mesmo diante das adversidades que enfrentam, esses agentes buscam estratégias de convivência e representatividade, atuando do local ao global, animando suas capacidades criativas e promovendo a diversidade cultural. Pela capacidade de promover resiliência, criando e ampliando oportunidades de forma dialógica, a cultura contribui efetivamente para a implementação dos ODS. Ao incorporar aspectos cotidianos e identitários, o patrimônio cultural adquire capacidades de integrar as comunidades e suas visões de mundo para de forma inclusiva e sustentável, planejar e construir uma direção de futuro que contemple a diversidade no escopo de um desenvolvimento que conforme coloca Sachs (2008), seja incluyente, sustentável e sustentado.

Com isso, observa-se que a educação e seus aportes teóricos e metodológicos, podem favorecer a construção de relações dialógicas, para a estruturação de planejamentos que considerem os diversos contextos culturais, sociais, econômicos e ambientais, cooperando para a criação de políticas públicas que favoreçam equidade, justiça social e melhor qualidade de vida, agora e no futuro.

Por fim, conclui-se que abordar a educação pelo patrimônio em diálogo com outras propostas metodológicas, ancoradas em cidadania e sustentabilidade, será importante para ampliar a discussão que aqui se apresenta.

REFERÊNCIAS⁶

ALMEIDA, Regivania Rodrigues *et al.* Terreiro digital: uma análise da I Mostra Virtual Mestres da Tradição em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021. Disponível em:

https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624061418_ARQ_UIVO_de67ddc7404e1dbccd91f1435834c5e6.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A cidade do Padre Cícero**: trabalho e fé. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

BALTÀ, Jordi; PASCUAL, Jordi. A cultura nos ODS: perspectivas a partir da ação local e da agenda 21 da cultura. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 34-45. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 out. 2023.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero**, a terra da mãe de Deus. 3ª. Ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2014.

⁶ Agradecimento à CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana. **Diversidade cultural e desigualdade de trocas**: participação, comércio e comunicação. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/publicacao/diversidade-cultural-e-desigualdade-de-trocas-participacao-comercio-e-comunicacao/>. Acesso em: 09 out. 2023.

BARROS, José Márcio. Apresentação. In: BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável** [eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Diversidade-Cultural-e-Desenvolvimento-Sustentavel_.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

BENATTI, Camila; SILVA, Rafael Teixeira da. Patrimônio Cultural: Desafios para o desenvolvimento sustentável. Número Especial da **Revista Estudos Geográficos** – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 178- 196, jan.-jun. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/9544>. Acesso em: 08 out. 2023.

BENEVIDES, Gilmara. **A cultura, o Brasil e a Agenda 2030**. Insituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult). 2021.

BOURDEIU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2007.

BRUDTLAND – **NOSSO FUTURO COMUM**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1987.

CÂNDIDO, Maria Manuelina Duarte. Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante. In: CÂNDIDO, M. M. D. (Org.). **Cadernos de Iniciação à Gestão de Museus e Patrimônio Cultural**, Crato: SEBRAE, 2009.

CARVALHO, Francisco Gilmar. Editoração de folhetos populares no Ceará. **Revista Comunicação Social**, n. 17, p. 31-67, jan.-dez, Fortaleza, 1987.

CARVALHO, Francisco Gilmar. **Madeira Matriz**: cultura e memória. São Paulo: Annablume, 1998.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro**. Tradução: Maria Yedda Linhares. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

DUARTE-FEITOZA, Paulo. Cultura e desenvolvimento: existem resultados e impactos? **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 09-11. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 out. 2023.

FARIAS, Taíse Costa de. Patrimônio cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB. [**Dissertação de Mestrado**]. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/291?locale=pt_BR. Acesso em: 10 out. 2023.

FILHO; Flavi Ferreira Lisboa; NUNES, Lucas da. A educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário. In: PADOIN, Maria M. *et al.* (Org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques**: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. [E-book] Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, p. 159-174, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20426>. Acesso em: 09 out. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Bondes. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2ª ed, p. 81-93, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Bondes. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Ministério da Cultura/ Iphan, 2005.

FRANKLIN, Jeová. **Xilogravura popular na literatura de cordel**. Brasília: LGE, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Ana Vieira (org.). **Patrimônio cultural, diversidade e comunidade**. São Paulo: IFCH-UNICAMP, 2011. V. 143. P. 1-69.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

FURTADO, Rosa. (Org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GAMA, Manuel. Projetos Culturais e a Agenda 2030. XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. [**Anais**] XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). 27-30 jul. 2021, Salvador/BA.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989.

GUELMAN, Leonardo *et al.* **Prospecção e capacitação em territórios criativos**: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos territórios Cariri (CE), Madureira, Quilombo Machadinha e Paraty (RJ). Niterói, RJ: CEART/Mundo das Artes, 2017.

HARRISON, Rodney. Heritage and globalization. In: WATERTON, E.; WATSON, S. (Org.). **The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015, p. 297–312.

HARO, Marta Garcia; VASQUEZ, Lucía. Integrando la Agenda 2030 ver el sector cultural y creativo. In: MARTINELL, A. *et al.* (Org.). **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible**: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030. REDS, Madrid, p. 17-25, 2020. Disponível em: https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2020/04/REDS_Cultura-y-desarrollo-sostenible-2020.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

HEYE, Ana; SOUSA, Marina de Mello. 1987. **Relatório** do Projeto-Piloto de Apoio ao Artesão. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1987.

HOSAGRAHAR, Jyoti. **Culture: at the heart of SDGs**. UNESCO, 2017.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais**. Malha Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama – Juazeiro do Norte**. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília, DF: Iphan, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ceará em mapas**. Fortaleza: IPECE, 2019. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/georreferenciados/index.htm> Acesso em: 10 out. 2023.

ISAIA, Artur César. Identidade Cultural. In: BERND, Z.; KAYSER, P. (Org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2ª ed. Canoas, RS: UnilaSalle, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino; CARLO, Sandra De. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Revista Bahia anál. Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, 2018. Disponível em: <http://www.cge.rj.gov.br/interativa/wp-content/uploads/2019/07/Texto-complementar-3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

JUAZEIRO DO NORTE. **Juazeiro do Norte: o coração do Nordeste**. Juazeiro do Norte-CE: Biblioteca Pública Municipal Dr. Possidônio da Silva Bem, 2020.

KOVÁCS, Máté. A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 27, p. 21-33, abr.-out. 2020. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 out. 2023.

LUDERER, Cynthia. A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. (Org.). **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), p. 193–206, 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARAÑA, Maider; ROLDÁN, Ximo Revert. Patrimonio Cultural y Desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio. **Revista Periférica Internacional**, v. 21, p. 180-195, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7698052>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARTINELL, Alfons. El desarrollo desde la cultura. **Revista española de desarrollo y cooperación**, n. 39, p. 53-64, 2017.

MARTINELL, A. Cultura e desenvolvimento: uma relação difícil. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo: Itaú Cultural, n. 27, p. 09-11, 2020.

MARTINELL, A. *et al.* La cultura e el desarrollo sostenible. In: MARTINELL, A. *et al.* (Org.). **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030**. REDS, Madrid, p. 04-07, 2020.

MATOS, Karla Monteiro. Responsabilidade socioambiental e cidadania. In: CHAGAS, Mário *et al.* (Org.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, p.65 – 76, 2014.

MELO, Rosilene Alves. Artes de Juazeiro: imagens e criação no Centro de Cultura Popular Mesre Noza. **[Anais] X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**, UFPE, Recife, 26-30 abr. 2017. Recife, 2010.

MELO, Rosilene Alves. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Letras, 2010.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Maria Perassi Bosco. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

NEIRA, Bárbara Amanda Molina. La incorporación de la cultura y el patrimonio en el desarrollo sostenible: desafíos y posibilidades. **Revista humanidades**, v. 8, n. 1, p.1-33. Enero-junio, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/h.v8i1.31465>. Acesso em: 10 out. 2023.

NEVES, Carolina. Revista do Patrimônio e a construção do Patrimônio Cultural. **[Anais]** Simpósio Científico ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África** (AFRICACULT). Relatório final, 1975.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Nossa diversidade criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. 1997.

PAIVA, Paulo Jeyson Barros. Memória Gráfica: os folhetos de Cordel no Brasil. **Transverso**, n. 3, p. 89-101, 2021.

PASCUAL, Jordi. **Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. Portal da Cultura, 2012.

PAZ, Felipe Rodrigo Contrí. Patrimônio. In: BERND, Z.; KAYSER, P. (Org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2ª ed. Canoas, RS: UnilaSalle, 2017.

PIZZIGNACCO, Milla Maués Pelúcio. Motes para ler o mundo: os folhetos de cordel como mediadores de processo educativos com artes. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 42, n. 116, p.98-109, Jan.-Abr., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/G7cLK9zLhH5MZJfqY7PKbB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

RAMOS, Everardo. La gravure populaire au Brésil (XIXe – Xxe siècle): Du marché au marchand. **[Tese de Doutorado em Humanidades e Ciências Sociais]**. École Doctorale Lettres, Langues et Spectacles, Université Paris X – Nanterre, França, 2005.

REVERT, Ximo. Building a Global Citizenship from Cultural Heritage. **Quaderns de La Mediterrània**. European Institute of the Mediterranean – IEMed. N. 28-29, 2019. ISSN 1577-9297.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant’Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 87-102, mai. 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Laura Teixeira Motta (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. In: **Antropológicas**. Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.

VALE, Cleonísia Alves Rodrigues do; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. (Org.). **Catálogo de artesanato caririense**. Vol. 1. Juazeiro do Norte, CE: BSG – Bureau de Serviços Gráficos, 2012.

VARINE, Hugues de. **O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianeza, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VIANNA, Letícia. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2ª ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001588594>. Acesso em: 10 out. 2023.